

## Política e Historiografia: Para além da modernidade

..... Valdete Dauferback Niebues \*

### R e s u m o

O presente texto versa sobre as utopias da modernidade vencidas no intercuro da política neoliberal, e as possibilidades apontadas pela historiografia em recriar o sentido de se fazer história neste final de século.

Palavras chave: Neoliberalismo. Política. Historiografia

### A b s t r a c t

The present text deals with the modernity utopias in the intercourse of the neoliberal politics, and the possibilities pointed by the historiography in order to recreate a sense in the history making in this end of century.

Key words: Neoliberalism, politics, historiography.

“O iluminismo está morto, o marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também não se sente muito bem”.

( Neil Smith )

“O século XX tentou ser um século sonhado do século XIX. Todo o pensamento que nós vivemos foi gestado neste período. Por isso ele ruiu”. Com estes dizeres, a socióloga Maria Célia Paoli inaugurou uma de suas aulas ministradas durante o curso “Concepções contemporâneas da cidadania nas ciências sociais”, proferido no primeiro semestre de 98, aos alunos da Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Interessei-me pela exposição das questões abordadas durante todo o curso, relativamente à constituição de uma história social e política da cidadania, por se tratar de um assunto tão discutido recentemente e, ao mesmo tempo, tão antigo como discurso.

Utilizando-se do conhecimento interdisciplinar, a socióloga percorreu pelos campos da sociologia, da antropologia e da historiografia. O assunto em questão está relacionado com o objeto de pesquisa da minha dissertação de mestrado, onde pretendo discutir as condições sociais e culturais do migrante rural que ingressou na cidade de Joinville nas

---

\* Graduação em História: Fundação Educacional da região de Joinville - FURJ, em 1990. Especialização: “Lato senso” em Tendências Atuais da Historiografia Brasileira: Universidade do Vale de Itajaí - UNIVALI, em 1993. Ingresso no Mestrado em História em 1998: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Orientador: professor doutor Valmir Muraro.

décadas de 70 e 80, período em que houve um surto industrial brasileiro, conhecido como "milagre econômico". Porém, acima de tudo, estas questões estão associadas ao trabalho que desenvolvo no Centro dos Direitos Humanos de Joinville, onde integro à equipe de formação política, atuando junto aos movimentos populares, razão talvez pela qual eu tenha escolhido este perfil de pesquisa, por lidar constantemente com a problemática dos excluídos, no contexto da política neoliberal.

Para Boaventura Santos, todos os balanços que têm sido feitos do século XX, na verdade parecem ser balanços do século XIX, dado à falta de sentido à sua história e ao caráter de sua herança. Segundo o mesmo autor:

*O século XX ficará na história (ou nas histórias) como um século infeliz. Alimentado e treinado pelo pai e pela mãe, o andrógino século XIX, para ser um século-prodígio, revelou-se um jovem frágil, dado às maleitas e aos azares. Aos catorze anos teve uma doença grave que, tal como a tuberculose e a sífilis de então, demorou a curar e deixou para sempre um relógio. E tanto que aos trinta e nove anos teve uma fortíssima recaída que o privou de gozar a pujança própria da meia idade. Apesar de dado por clinicamente curado seis anos depois, tem tido desde então uma saúde precária e muitos temem uma terceira recaída, certamente mortal. Uma tal história clínica tem-nos vindo a convencer - a nós cuja inocência está garantida por não termos escolhido nascer neste século - que, em vez de um século-prodígio, nos coube um século idiota, dependente dos pais, incapaz de montar casa própria e ter uma vida autônoma.<sup>1</sup>*

Neste caso, estaríamos, então, assistindo ao desmantelamento do projeto capitalista liberal antes mesmo do seu esgotamento, na medida em que as promessas da modernidade foram cumpridas apenas em parte. Significa dizer que pouca coisa restou no século XX dos projetos otimistas formulados pelos filósofos do Iluminismo, que tinham como premissa o poder das ciências e da técnica para o desenvolvimento do "progresso moral, justiça das instituições sociais e mesmo a felicidade dos homens".<sup>2</sup> Portanto, o déficit do excesso de promessas inscritas no projeto da modernidade, seja por vias do idealismo romântico representado pela burguesia, ou através do socialismo utópico e/ou científico, faz pensar na inviabilidade de continuar acreditando no seu cumprimento.

A realização de algumas das promessas da modernidade foi possível durante o período chamado de capitalismo organizado, por obra de intervenção do Estado centralizador, justamente na época em que houve o processo dualista de, por um lado, a concentração de capital e, por outro, a exclusão social.

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 75.

<sup>2</sup> ARANTES, Otília Beatriz Fiori et al. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 111.

O desenvolvimento industrial e a conseqüente expansão do operariado constituíam o princípio para as mudanças na sociedade. Os sindicatos, as associações e os partidos operários disputavam um espaço político, contribuindo, assim, para o fortalecimento das classes médias. Por outro lado, o Estado foi o mediador e pacificador entre estas práticas reivindicatórias e os conflitos entre Capital e Trabalho enquanto ele próprio assumia os direitos sociais na criação do Estado-providência.

O Estado tinha, entretanto, a incumbência de intervir na economia, por meio do poder estatal democraticamente legitimado, para proteger o crescimento do capitalismo. Claude Lefort diz que “o Estado liberal se fez, em princípio, como guardião das liberdades civis, mas, na prática, assegurou a proteção dos interesses dominantes, com a constância que somente a longa luta das massas mobilizadas pela conquista de seus direitos pôde abalar”.<sup>3</sup> O Estado, portanto, na visão do referido autor, não pode ser concebido simplesmente como defensor dos direitos dos cidadãos. Aqueles que se nomeavam liberais, que detinham a riqueza, sempre estiveram mais próximos do poder do Estado.

O sociólogo Francisco de Oliveira afirma que nos países de economia dependente, como o Brasil, a industrialização, condição necessária para a ruptura da dependência econômica de outros países, aprofundou ainda mais as desigualdades existentes, retirando a possibilidade do desenvolvimento de uma economia autônoma. A classe burguesa, que poderia ter emplacado o grito de liberdade da subordinação econômica, fracassou na medida em que apelou para as forças imperialistas na luta pela repressão à emergência de novas classes sociais. A burguesia, que não conseguiu gerenciar a sua própria autonomia ou não foi capaz de criar condições para esta hegemonia, sentiu-se ameaçada pelo socialismo e aliou-se às forças capitalistas internacionais.<sup>4</sup>

Neste sentido, a interferência do capital internacional e as multinacionais, ao mesmo tempo em que neutralizaram o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma, acentuando a dependência industrial, transformaram também as relações de produção. São os primeiros reflexos da política neoliberal. A utopia da emancipação parece ter se esgotado, sem a possibilidade de experimentar outra alternativa.

O projeto do Estado social que se nutria da utopia de uma sociedade do trabalho, nos anos 70, encontrou os seus limites, com o rompimento da circularidade da política de teorização Keynesiana, por conta da desregulação nas condições de distribuição de capital com a internacionalização financeira das potências industriais desenvolvidas.<sup>5</sup>

Para Habermas, “desde o princípio, o Estado nacional mostrou-se uma moldura demasiado apertada para assegurar adequadamente a política econômica Keynesiana ante os imperativos do mercado mundial e das políticas de investimento das multinacionais”.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> LEFORT, Claude. **Pensando o político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 40.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 207.

<sup>5</sup> Sobre a circularidade da política de teorização Keynesiana e a crise do Estado-providência, ver, o capítulo: *O Surgimento do Antivalor: capital, força de trabalho e fundo público*; da obra de Francisco de Oliveira, citada anteriormente.

<sup>6</sup> Habermas, Jürgen. **A nova intransparência: a crise do estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas**. Novos Estudos, nº 18, set. 1987. p. 107.

O chamado capitalismo organizado vai cedendo espaço para o capitalismo desorganizado. A produção em massa é paulatinamente substituída pela diversificação de produtos personalizados. O emprego fixo vai sendo substituído pelo trabalho temporário.<sup>7</sup> Além do mais, o modelo fordista de produção havia confinado em “saia justa” o trabalhador, esmagado por um conhecimento especializado, considerado arcaico para as novas práticas produtivas que exigem cada vez mais o trabalho multidisciplinar e em equipe.

Maria da Glória Gohn, analisando as mudanças econômicas e políticas no Brasil no contexto da globalização, considera que a economia informal está ganhando proeminência sobre a economia formal e que também, por isso, as relações de trabalho não constituem mais o principal foco das lutas dos trabalhadores. Portanto, segundo a mesma autora, “a luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria”.<sup>8</sup>

Estas modificações, em parte efeitos do emprego de novas tecnologias, e em parte estratégias políticas neoliberais, afetam sobremaneira as classes trabalhadoras com o enfraquecimento dos sindicatos. Por outro lado, não dá para negar de que os sindicatos, durante toda a sua história, exerceram um poder de exclusão na medida em que agregavam somente os trabalhadores empregados, excluindo os desempregados. No momento em que grande parte dos seus associados perdeu o emprego, as lideranças sindicais preocuparam-se em permanecer na sua posição conquistada no interior da instituição, envolvendo-se com os problemas burocráticos internos. Sem esquecer que, antigos militantes cansaram-se, ou tornaram-se dirigentes de organizações parlamentares. A hegemonia das lutas das classes trabalhadoras vai sendo substituída por outras práticas reivindicatórias e de contestação. No interior da categoria *classe trabalhadora* aparecem outras categorias até então silenciadas, como o racismo e o feminismo, que falam por si próprios como agentes de liberdade, de igualdade e de justiça social. As lutas deslocam-se do chão das fábricas e vão conquistando outros espaços, envolvendo novos atores. Disseminaram-se os novos movimentos sociais libertários, emancipatórios ou reivindicatórios. A grande novidade passou a ser a centralidade das ONGs no cenário das demandas sociais, embora na América Latina estas entidades e os movimentos, de uma maneira geral, estão com dificuldades de operar, pois os patrocinadores de recursos que mantinham os seus programas, com o triunfo neoliberal no Leste Europeu, se retiraram por considerar que o processo de transição da democracia já havia se concretizado.<sup>9</sup>

O Estado mostrou-se obsoleto diante de transnacionalização da economia, perdendo a sua eficácia nas políticas sociais e na regulamentação do sistema econômico, mas manteve-se forte em sua capacidade de controle sobre a população e no dismantelamento do poder dos sindicatos.<sup>10</sup> A idéia de revolução social, encapsulada pelas práticas

<sup>7</sup> Ver, KUMAR, Krishan. Fordismo e Pós-Fordismo. In: **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas teorias sobre o Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

<sup>8</sup> GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 296.

<sup>9</sup> GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 18.

<sup>10</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1995. p. 11.

neoliberais, desmoralizou-se com a derrocada do leste europeu. A substituição dos regimes ditatoriais pelo regime democrático revelou não a ruptura, mas a continuidade de uma política de dependência na medida em que os governos integraram-se à política neoliberal. Francisco de Oliveira saliente que, no Brasil, criou-se a “falsa consciência” da desnecessidade do Estado, que significa dizer, a desnecessidade do público, pois, segundo o mesmo autor, “as burguesias brasileiras acreditam que podem passar sem o Estado, porque, para elas, já é o Estado que depende delas”.<sup>11</sup>

Pierre Salama afirma que “o neoliberalismo se caracteriza por sustentar que não existe solução fora do modelo que se propõe: uma confiança cega na dinâmica de mercado. Os liberais sustentam que uma crise é sempre consequência de comportamentos viciados derivados de um Estado onipresente. Conclusão: Há que reduzir o tamanho do Estado e aumentar o papel do mercado”.<sup>12</sup> Portanto, o valor da autonomia do Estado é subjugado sob pretexto de não haver outro modelo de desenvolvimento senão aquele seguido pelos países desenvolvidos. Porém, ao mesmo tempo em que se faz acreditar no modelo neoliberal como a única forma viável de desenvolvimento, emergem, como consequência imediata desta política, o desemprego e a exclusão social. O receituário neoliberal vê como saída para a sociedade, neste final de século, a competência e a busca contínua da requalificação do trabalho como os únicos parâmetros seguros numa era dominada pelas incertezas.

De acordo com Paul Singer, “é preciso que fique bem claro que a maior qualificação dos trabalhadores, insistentemente reclamada pelos empregadores, não é a solução para o desemprego. O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a força de trabalho [...] Se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários pagos”.<sup>13</sup>

Os defensores do neoliberalismo vislumbram nesta política a única alternativa viável para o futuro. No entanto, este discurso, que pretende ser verdadeiro, tenta forjar uma estabilidade que só poderá ser compreendida se for analisada fora do contexto social. O projeto neoliberal é excludente, pois ele leva grandes parcelas da população ao abandono, na medida em que o Estado social se retrai em favor do fortalecimento das instituições multilaterais.

A política econômica neoliberal substitui as operações do capital engajado na produção industrial, em favor das aplicações do capital no mercado financeiro. Neste sentido, parece não haver cidadania possível para aqueles que estão fora da esfera do mercado, marcados pela exclusão econômica, considerando que não há alternativa para quem for excluído pelo desemprego.

Somam-se, ao agravamento das injustiças sociais, a concentração de riqueza, o individualismo e a destruição da esfera pública. Conforme Francisco de Oliveira, o cidadão pertencente à classe burguesa ou à alta classe média não faz uso dos serviços públicos,

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p. 219.

<sup>12</sup> SALAMA, Pierre et al. A trama do neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). Op. cit., p. 178.

<sup>13</sup> SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-20.

por isso não tem nenhum contato com nada que seja comum. Usuário do conforto proporcionado pela tecnologia, ele vive num mundo virtual, privado e não tem contato com nenhuma pessoa do povo, desde a sua casa, quando sai para trabalhar, no espaço do trabalho, que só fala com instrumentos eletrônicos, até as suas últimas horas do dia quando sai para gastar o seu dinheiro. Este cidadão não tem nenhuma experiência com a sociedade, e por isso a esfera pública não tem nenhuma importância para ele. Se o serviço da saúde pública está deficiente, se o transporte coletivo está ruim, em nada o comove. Ele não vive isto.<sup>14</sup>

Parece que pela primeira vez na história, os movimentos se invertem, pois não é o povo que se manifesta contra os poderes dos dominantes, mas é uma elite raivosa que investe contra a população sem qualquer escrúpulo em nome do status e do poder.

A explosão de tecnologia informacional e mediática tem o seu papel no centro da operação da exclusão, na medida em que ela "*transformou-se em substituto da política*".<sup>15</sup> A violação dos direitos humanos, diariamente mostrada através dos meios de comunicação, passou a ser vista com naturalidade e aceita com passividade. O flagrante da violência foi transformado em espetáculo pela televisão. Parece que as pessoas perderam a capacidade de se indignar diante das injustiças. Os aspectos humanos e sociais, nesse sentido, têm peso inferior aos aspectos tecnológicos. Os profissionais da comunicação, que poderiam ser vigilantes dos direitos humanos, integram ao círculo segregador inscrito pela própria mídia.

O pensador polonês, Adam Schaff, defende a idéia de que a tecnologia abre a perspectiva de se chegar à democracia direta, pois, na medida em que há uma distribuição de informação através das redes, quebrar-se-ão as grandes estruturas organizadas e, conseqüentemente, haverá a descentralização do poder, possibilitando a autogestão dos cidadãos.<sup>16</sup> Pelo visto, não é exatamente isto que está acontecendo. A democracia liberal triunfou, porque conta com o apoio da tecnologia. É possível, através de simulação por computador, avaliar os limites das forças contrárias, não para destruí-las, mas para deixá-las ir até um ponto que não tenham mais eficácia. Então, a própria ciência política se tornou uma técnica.

Há teóricos que vêem na tecnologia a libertação do indivíduo já que esta melhora as condições da vida privada. Porém, com todo o conteúdo informacional que estamos vivendo em toda a sociedade informatizada, nos permite perceber a revelação da perda do caráter orientador do comportamento e da ética. Estamos vivendo um tempo em que os interesses se sobrepõem aos valores.

Imagina-se que pela Internet a comunicação alcançou a sua plenitude. No entanto, no fundo, é um grande simulacro de vida coletiva, pois a sociedade universal plugada é uma sociedade tão somente sozinha, dissocializada, com a perda da experiência comum. Cada qual fica cada vez mais isolado em si mesmo, relativamente indiferente, perdendo

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit., p. 71 e 72.

<sup>15</sup> Idem, Ibidem. p. 217.

<sup>16</sup> SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1995. p. 76-77.

a capacidade comunicativa. É uma sociedade narcisista que assenta a sua base no lar, transformando-o em uma “cabana eletrônica”, com a janela aberta para o mundo virtual, enquanto se descompromete com o mundo real, desintegrando até mesmo a relação familiar.<sup>17</sup> Alguém disse, certo dia, que, cada vez mais, o local de encontro da família está sendo na frente da geladeira no intervalo da programação da TV, quando todos saem dos seus quartos para buscar alguma coisa que satisfaça o seu estômago.

Fora do círculo familiar, a relação social aponta para uma mediação técnico – cidadã, valorizando o cidadão de mercado. Para Muniz Sodré, “o sistema econômico, por intermédio do mercado, faz da sociedade humana o seu acessório”.<sup>18</sup> Espera-se que o ser humano haja economicamente, obtendo ganhos monetários para sustentar a sua posição social, assegurando, desta forma, a existência de uma sociedade mercadológica. Então, diz o mesmo autor, “como na maldição mitológica de Midas, o mercado transforma tudo em mercadoria”.<sup>19</sup> Tem-se, assim, a vitória da sociedade de mercado liberal.

Krishan Kumar, ressalta que, para Fukuyama, “o fim da História não significa que todas as alternativas se esgotaram, mas que uma delas venceu”.<sup>20</sup> A que venceu parece não ter deixado outra perspectiva senão a forma democrática de governo e a destruição dos direitos sociais. O modelo neoliberal é o único apresentado pelos governantes como condição necessária para livrar o país da crise e evitar um colapso financeiro. É relevante a observação de Francisco de Oliveira, descrita acima, de que a burguesia acredita não precisar mais do Estado, porque já é o Estado que precisa dela, pois os governantes falam a linguagem dos economistas aos quais estão ligados financeiramente. Por isso, qualquer projeto de cunho social se torna inviável diante dos argumentos da política neoliberal, que quer convencer a todos de que a saída para a sociedade, neste final de século, é através da competência individual, da formação contínua como forma de garantia, num período de incertezas.

Ranciére diz que, há menos de trinta anos, discutiam-se as estruturas como reguladoras da autonomia dos sujeitos. Hoje, discute-se o retorno dos sujeitos, do individualismo, da escolha pessoal, da autonomia, e que nada mais se pode fazer além daquilo que fazem os governantes. Então, observa o autor, em nome das necessidades econômicas, esvaziam-se, “de sentido, a concepção da política como escolha entre soluções alternativas”<sup>21</sup>, pois, esta escolha não se faz no campo da individualidade, porque são os coletivos que criam a política. Ranciére fala da capacidade de conflito que a sociedade tem. É a capacidade de dizer o que ela não quer, e, no interior do movimento, elaborar a criação de outros modelos.<sup>22</sup>

---

<sup>17</sup> KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Zahar, 1997, pp. 162-169.

<sup>18</sup> SODRÉ, Muniz. O discurso da neobarbárie. In: MORAES, Dênis (org.). **Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea**. Campo Grande, Letra Livre, 1997. p. 124.

<sup>19</sup> Idem. Op. Cit., p. 126.

<sup>20</sup> KUMAR, Krishan. Op. cit., p. 206.

<sup>21</sup> RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, Aduato (org.). **A crise de razão**. São Paulo: Cia das Letras e Funarte, 1996. p. 367-69.

<sup>22</sup> Idem, Ibidem. p. 380-81.

Por outro lado, os mídias substituíram a política, estimulando a sensibilidade individual, possibilitando a ausência da participação coletiva e o aprofundamento da indiferença social.

Diante da constituição do Estado mínimo e da destruição dos direitos adquiridos com o desmantelamento das políticas públicas, deixando milhares de trabalhadores submetidos à exclusão permanente, para os quais não há mais futuro, qual o sentido de se escrever a história? Qual história dá conta de dialogar com o presente, numa sociedade como o Brasil, que, apesar da intransponibilidade da situação social, ainda não se desencantou inteiramente, entrando no caminho perigoso do conformismo?

Se as grandes metanarrativas foram desconsideradas na história em favor das imagens, da efemeridade e da fragmentação porque não deram conta de explicar a pluralidade cultural, é necessário propor um tipo de historiografia onde se criem condições para que a crítica possa existir, percebendo que em algum lugar possa ter alguma possibilidade para a política, como pensamento e como ação. É preciso pegar um movimento na historiografia e demonstrar o conflito como um poder maior no processo histórico. Mostrar que o mundo comum é sempre conflitivo e negociado. Para isso, é necessário ir além das argumentações teóricas constituídas, as quais atravessaram toda a modernidade.

A historiografia marxista tentou provar que a história tinha apenas um desfecho. Os historiadores marxistas escreveram e escrevem as histórias colocando-se neutros de todas as interpretações ao pesquisar sobre determinado movimento, revolta ou migração, cujo desfecho está inevitavelmente determinado pela teoria. Para chegar a esta inevitabilidade, o historiador arruma os seus dados, classifica-os, organiza e manipula o material de acordo com a teoria. Na teoria marxista, não é preciso que se tenha nenhum trabalho de empiria, um trabalho de campo em documento, ao estudar, por exemplo, a classe operária, porque de antemão já se sabe o que esta é. Então, se escreve a história a partir do conceito já formulado. No marxismo, a grande divisão do mundo está pautada em divisões sociais. As características da natureza humana, sexo, idade, raça e cor não são consideradas como categorias de análise. O movimento feminista e o movimento negro, são vistos como questões sociais. Mas quando surgiu o movimento negro, por exemplo, os seus participantes não apareceram como operários, mas como negros, reivindicando a igualdade na diferença.

Novos temas foram introduzidos na historiografia, desde a década de 70. Estes vêm de uma realidade histórica que está descobrindo o tempo presente do historiador. Passou-se a aplicar a análise cultural na interpretação dos atores dos movimentos.<sup>24</sup> Mulheres, crianças, negros, índios e migrantes não eram considerados no interior da historiografia moderna. Estes atores, que habitavam o cotidiano, estavam presos a um lugar de repetição das normas institucionais. A vida privada não era considerada na história, porque não era importante para a vida pública, para a política, portanto. A vida pública era de competência dos homens, porque nela acontecia a dinâmica e se criava a política. Então, os historiadores marxistas não se propunham a estudar estes atores, pois, caso se propusessem, o campo teórico de seu domínio não dava conta de explicar as ações

<sup>23</sup> HABERMAS, Juergem. Op. cit., p. 104.

<sup>24</sup> GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 69.

coletivas dos indivíduos fora da esfera econômica. O marxismo trata da ação coletiva no nível das estruturas, da ação das classes.<sup>25</sup> Não só no marxismo, mas no estruturalismo e com os Annales, o sujeito não existe; e, quando este aparece, está determinado pela teoria.

Todo o universo político e social foi contado a partir de paradigmas teóricos. Por muito tempo buscou-se a explicação da sociedade, escolhendo uma das teorias do tripé: Marx, Durkheim ou Weber. Hoje o sistema de conhecimento está em crise com relação a estas três possibilidades de escolhas teóricas. A partir dos anos 60 e 70, aparecem novas teorias. Na historiografia, nos últimos vinte anos, há uma disputa pela interpretação histórica por conta da ausência de uma teoria da dinâmica da história. Kumar, citando Habermas, diz que a única grande narrativa excluída com as revoluções de 1989 foi a do marxismo. As grandes narrativas do liberalismo continuam com as mesmas aspirações das revoluções clássicas burguesas ocidentais.<sup>26</sup>

Os historiadores que tentam desvendar as condições da política contemporânea citam E. P. Thompson como uma fonte de inspiração. Thompson pertencia a um grupo de historiadores que se reuniam em torno do partido comunista inglês, entre o final da década de 40 e década de 50. Faziam parte do grupo os historiadores Eric Hobsbawnn, Christopher Hill, Raphael Samuel, George Rudé, Raymond Williams e Perry Anderson, dentre outros.<sup>27</sup> Foi uma geração de historiadores bastante rígida, que enfrentou o Stalinismo, o próprio partido comunista, o mundo da guerra fria e o Pacto de Varsóvia. Ao mesmo tempo, o grupo viveu a tremenda burocratização do partido comunista e da própria política internacional da esquerda comunista. Tudo isto colocou um problema crucial para eles. A invasão da Hungria, pela União Soviética, agravou a crise. Thompson foi um dos primeiros a denunciar o partido comunista inglês, pelo seu atrelamento ao partido comunista soviético. Assim, ele e mais alguns historiadores do grupo deixaram o partido.<sup>28</sup>

Thompson, a partir de então, torna-se um historiador instigante e criador.

Ele investe contra o marxismo vulgar, a partir de uma outra historiografia, sob uma outra abordagem, fugindo um pouco da história institucionalizada. Ele vai propor uma nova forma de escrever a história, libertando-se de certa maneira da rigidez do modelo marxista, na interpretação das questões sociais e sobre a política, valorizando não apenas as relações econômicas, mas também trabalhando no campo das mentalidades coletivas das crenças e rituais.

*“Adotando uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa, ele se propõe a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas como simples atos de idéias, mas também como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram.*

---

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*. p. 122.

<sup>26</sup> HABERMAS. Apud. KUMAR, Krishan. *Op. cit.*, p. 207

<sup>27</sup> FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson - História e Política. In : **Projeto História**. São Paulo. (12), out. 1995. p. 84.

<sup>28</sup> ARRUDA, José, J. de Andrade. *Experiência de classe e Experimento Historiográfico em E. P. Thompson*. *Op. Cit.*, p. 96

*Experiência como praxis que envolve uma reflexão pessoal e do grupo social e não apenas como uma categoria de análise do pesquisador, experiência como um produto comum que surge na luta, na luta de classes*”.<sup>29</sup>

Para Thompson, a ênfase da democracia está na capacidade inventiva da ação humana coletiva. E a política se encontra tanto no conflito, quanto na inventividade dos conflitantes. E se não acreditar que um sujeito da inventibilidade é um sujeito de uma defesa, se não der corpo, voz e fala aos agentes coletivos, é impossível pensar a democracia e, portanto, pensar a política.

Usando a narrativa historiográfica, Thompson escreveu sobre a época em que os camponeses na Inglaterra estavam se proletarizando, no século XVIII, abrangendo aspectos pouco estudados até então. *“Ele segue a trilha deixada pelos próprios atores na história, em suas diferentes manifestações, nos locais vivenciados e por meio de registros e memórias existentes. Situa e contextualiza seus personagens para depois recuperar a trama e o drama de seu cotidiano”*.<sup>30</sup>

A formação da classe operária inglesa é uma história de perda, de reelaboração e de invenção dos sentidos. Thompson propôs, então, uma outra forma de investigar as experiências dos trabalhadores, trabalhando com a questão da invenção do mundo comum e das escolhas de ações, motivadas pela cultura política. A estas escolhas, ele denomina de *consciência de classe*. A consciência de classe, segundo ele, se constrói na luta coletiva, como um desafio diante da perda dos costumes comuns, das tradições que fazia o mundo habitável, enquanto vai se constituindo uma outra história com o que é posto no lugar desta perda. A história do coletivo, ela reinventa-se na medida em que constrói *“uma cultura política a partir da aprendizagem que a experiência legou”*.<sup>31</sup>

O historiador, quando remonta os atores do seu período, ele remonta a contemporaneidade num campo de conflito. No contexto histórico da luta, irão aparecer futuros possíveis que o historiador deverá explorá-los, mesmo que eles não tenham se concretizado. Deve explorar a viabilidade de instigar outras opções e não desprezar as utopias vencidas. Nesse sentido, a narrativa põe o historiador como ator, pois este dialoga com o personagem. O historiador vai trabalhar com o contexto e com os personagens a partir do diálogo.

O resgate desta historiografia que deu as costas para os coletivos, para os atores, vai depender quase que exclusivamente do passado, da possibilidade de haver um outro passado, que possa não só criar cultura, mas também transformar cultura em política. Transformar a sua visão política, na descoberta da ação da força coletiva. Pois são os coletivos que criam o dissenso, que criam a política.

Neste contexto entra o trabalho do historiador, ao buscar uma história que se adapte a explicar a possível ausência ou domesticação da dinâmica histórico-política. Na medida em que escreve no presente, está, entre os acontecimentos do passado, dentro do período

<sup>29</sup> GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 204.

<sup>30</sup> GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 204

<sup>31</sup> Idem, Ibidem. p. 206.

que escolheu para pesquisar, alguma coisa que faz sentido para ele que, como pesquisador, direta ou indiretamente, dialoga com a sua época e coloca atores sociais em movimento. Muito do comportamento das pessoas de todas as classes sociais é tão desconhecido como é carente de documentação e de conhecimento sobre a vida das pessoas comuns.

Segundo Kranz, "o elo com o presente afigura-se também óbvio, uma vez que o processo de compreendê-lo tem muito em comum o de compreender o passado, inteiramente à parte o fato de compreender como o passado se tornou no presente ajuda-nos a compreender este e, presumidamente, algo do futuro".<sup>32</sup>

O sentido de se escrever a história, diante deste cenário turbulento de mudanças é, por conseguinte, o de descobrir o que faz com que a sociedade funciona na vida real, desta ou daquela forma, e o que as pessoas querem da sociedade, já que esta é composta em sua maioria de pessoas comuns e que nem sempre prevalece a sua vontade, mas a vontade dos governantes. E se "não se acumulando os sinais de que não há mais saída para esta situação, há, pelo menos, a possibilidade realista de imaginar uma situação radicalmente nova".<sup>33</sup> Hoje, são percebidos os limites da proposta ambiciosa da modernidade. O desencanto com as teorias otimistas do iluminismo faz com que os intelectuais reflitam sobre a responsabilidade da sua condição de intérpretes da sociedade, deixando que os atores atuem mais livremente na sua cultura, sem as amarras de teorias sociais universalizantes.

## B i b l i o g r a f i a

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1998.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori et all. Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas. São Paulo, Brasiliense, 1996.

BECK, Ulrich. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Unesp, 1997.

BEDIN, Gilmar Antônio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 1996.

BIHR, Alain. Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário em crise. São Paulo, Bom Tempo Editorial, 1998.

---

<sup>32</sup> HOBBSAWNN, Eric J. A outra História: algumas reflexões. In: KRANZ, Frederico (org). **Aoutra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro Zahar, 1990. p. 32.

<sup>33</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. Cit. p. 90.

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.
- FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo, Unesp, 1997.
- GÉNÉREUX, Jacques. O horror político: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos. Nº 18, set.,1987.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1998.
- HELLER, Agnes. [et al.]. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, Contraoito, 1999.
- HOBSBAWNN, Eric. J. A outra História: algumas reflexões. In: KRANZ, Francisco (org). A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1997.
- LEFORT, Claude. Pensando o político: Ensaio sobre a democracia, revolução e liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- MORAES, Dênis (org). Globalização, mídia e cultura contemporânea. Campo grande, Letra Livre, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998.
- PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, nº 12, out./95.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: Adauto Novaes (org). A crise da razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo, Makros Books, 1995.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade. São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1995.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo, Contexto, 1998.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa -II: a maldição de Adão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 19887.

\_\_\_\_\_. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

